

REQUERIMENTO Número /XIII (.ª)

PERGUNTA Número /XIII (.ª)

Assunto: Falta de vacinas do programa nacional de vacinação

Destinatário: Ministério da Saúde

Exm. Senhor Presidente da Assembleia da República

Ao longo dos últimos anos tem vindo a registar-se sucessivas falhas na disponibilização de vacinas previstas no Programa Nacional de Vacinação (PNV).

Em abril de 2012, o Bloco de Esquerda questionou o Governo PSD/CDS (Pergunta 2852/XII/1ª); na resposta o Governo PSD/CDS confirmou esta falha e concluiu dizendo que “tratou-se de uma situação pontual, cuja repetição não é previsível”.

Mas em julho de 2012, continuavam a faltar vacinas em diversas unidades de saúde do país, situação que motivou uma nova Pergunta do Bloco de Esquerda ao Governo (Pergunta n.º 3454/XII/1ª). Na resposta, o Governo PSD/CDS confirmou mais uma vez a situação, referindo que “houve constrangimentos por problema na aquisição das vacinas”.

Em novembro de 2013, o Bloco de Esquerda voltou a questionar o Governo (Pergunta n.º 323/XII/3ª), desta feita sobre a falta da vacina da gripe, do tétano e da vacina adsorvida contra a difteria, o tétano, a tosse convulsa, poliomielite e conjugada contra o *Haemophilus influenzae* tipo b, vulgarmente conhecida como Pentavac. Na resposta, datada de março de 2014, o Governo reconheceu que se registaram “faltas no fornecimento de vacinas” referindo que tal se deveu “essencialmente a problemas de fabrico por parte dos produtores”. Quatro meses após esta resposta do Governo verificou-se mais uma vez rutura no fornecimento de vacinas, desta feita na zona de influência da Unidade Local de Saúde (ULS) do Nordeste, em Bragança, onde tem vindo a faltar a Pentavac.

A estas ruturas acresce a falha sucessiva e transversal ao país da vacina *Bacillus Calmette-Guérin* (BCG), que tem motivado também diversas perguntas do BE ao Governo PSD/CDS; as respostas, todavia, nunca foram cabais, indo sempre ao encontro dos mesmos argumentos: ou a culpa era de “problemas de fabrico por parte dos produtores”; ou “foi uma situação pontual, motivada por um atraso no procedimento de aquisição das mesmas”; ou tratou-se de um “problema na aquisição das vacinas; ou é “uma situação pontual, cuja repetição não é previsível”. Mas o tempo passa e as ruturas de vacinas sucedem-se.

Atualmente, na Guarda, há três vacinas do PNV que se encontram esgotadas há mais de três semanas: Haemophilus influenzae do tipo B (HIB), anti-poliomielite (VIP) e tétano, difteria e tosse convulsa (DTPa). Esta situação de ruturas sucessivas é insustentável e tem que ser definitivamente resolvida.

É fundamental que bebés e crianças possam ser vacinados tal como previsto no PNV. A não disponibilização da vacina quando o utente se dirige ao serviço de saúde pode não só acarretar consequências do ponto de vista da saúde da pessoa como também funcionar como um dissuasor da vacinação.

A implementação de um PNV gratuito e disponível a todas as pessoas é uma conquista importantíssima que não pode nem deve ser posta em causa, sendo uma fulcral estratégia de saúde pública que tem logrado diminuir drasticamente a taxa de incidência de diversas doenças. Tendo em conta estes fatores bem como o calendário previsto no PNV, torna-se evidente a importância da vacinação bem como da possibilidade de que as vacinas sejam administradas quando as pessoas se dirigem às instituições. O plano de vacinação para a infância apresenta períodos de vacinação bastantes específicos que facilmente podem resvalar para cima das tomas seguintes. Por outro lado, convém ter em conta que nem sempre as pessoas residem próximo das instituições de saúde, pelo que têm que se deslocar e pagar transportes para poderem vacinar-se e/ou vacinar as crianças, pelo que a falta de vacinas nas instituições pode, evidentemente, ter consequências na manutenção e implementação do PNV.

O Bloco de Esquerda considera que é necessário assegurar uma resposta cabal e efetiva para estas sucessivas falhas no fornecimento de vacinas bem como desencadear as ações necessárias a garantir que todos os centros de saúde dispõem das vacinas necessárias para a população.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes perguntas:

1. Quais os motivos que justificam a falta de vacinas recorrente que se faz sentir no país?
2. Que medidas vai o Governo implementar para resolver o problema da falta de vacinas que recorrentemente se faz sentir?
3. Quais os motivos que justificam a falta das vacinas HIB, VIP e DTPa na Guarda? Quando se prevê que esta situação esteja regularizada?



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

4. Qual é o ponto de situação da administração da vacina da BCG?
5. O governo irá efetuar alterações ao programa nacional de vacinação?
6. Neste momento, regista-se falta de alguma das vacinas previstas no PNV em unidades de saúde da Administração Regional de Saúde (ARS) do Norte, ARS do Centro, na ARS de Lisboa e Vale do Tejo, ARS do Alentejo e ARS do Algarve?
7. Tendo em conta as vacinas previstas no PNV, qual o número de vacinas em stock na Administração Regional de Saúde (ARS) do Norte, ARS do Centro, na ARS de Lisboa e Vale do Tejo, na ARS do Alentejo e na ARS do Algarve?

Palácio de São Bento, 12 de janeiro de 2016.

O Deputado
Moisés Ferreira